



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/ AM /2025

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA TREZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco reuniu, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca, em Santiago do Cacém, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Expediente

2. Ata

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

- a) Aprovação da Demostraçao do Desempenho Orçamental.
- b) Primeira Revisão ao Orçamento da Receita/ Despesa e Primeira Revisão às GOP'S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Cinco/Sois Mil e Vinte e Nove.
- c) Declarações-pagamentos em atraso, compromissos plurianuais e recebimentos em atraso.
- d) Aquisição de Serviços de Seguros Diversos – Assunção de Compromissos Plurianuais.
- e) Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 3.º grau – Serviço de Atendimento.
- f) Transferência de verba – Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo.

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Mário André dos Santos Mateus, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e das/os Senhoras/es Vereadoras/es Albano Joaquim Mestre Pereira, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Sónia Regina Sobral Gonçalves, Susana Louro Caiado Correia Pádua e Mónica Fialho Pires de Aguiar.

YK *Flávia*
Não compareceram os membros: Senhoras/es Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, António Mário Conceição da Costa e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, deu conhecimento de que o Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, se fazia substituir pela **Senhora Flávia Isabel da Silva Freire**, de que a Senhora Ana Harea, eleita do PS, se fazia substituir pelo **Senhor João Pedro da Silva Teixeira**, de que o Senhor António Mário Conceição da Costa, eleito do PS, se fazia substituir pela **Senhora Tatiana Marisa Carvalho Roda**, de que o Senhor Francisco Alfeirão Rodrigues, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, se fazia substituir pelo **Senhor António Manuel Alves Gamito de Matos**, que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Pela eleita da CDU, Senhora Quitéria Graça Marques Gaspar, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

PELO 8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER-----

A CDU saúda e valoriza o Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, como um momento de reafirmação da luta pela igualdade na vida e no trabalho, pela justiça social e pelo fim de todas as reformas de discriminação e violência contra as mulheres.

O 8 de março tem raízes históricas na luta das operárias têxteis de Nova Iorque, que em 1857 e 1908 se manifestaram por melhores condições de trabalho, salários dignos e direitos políticos. Reconhecido oficialmente pela ONU em 1975, este dia simboliza as conquistas das mulheres em todo o mundo e a necessidade contínua de transformação social.-----

Apesar dos avanços legislativos e sociais, as mulheres continuam a enfrentar desigualdades no mundo do trabalho, onde: São mais qualificadas, mas continuam a ganhar menos do que os homens; Ocupam menos cargos de chefia e decisão; Sofrem maior precariedade laboral e taxas mais altas de desemprego; São alvo de violência, assédio e discriminação, tanto no local de trabalho como na sociedade.-----

Neste sentido, reafirmamos a necessidade de políticas públicas que promovam: A igualdade salarial e o fim da discriminação no trabalho; A conciliação entre a vida profissional e familiar; O combate à violência contra as mulheres em todas as suas formas; A valorização e reconhecimento do papel das mulheres na sociedade.-----

50 anos das primeiras eleições verdadeiramente democráticas e universais-----

O 8 de março de 2025 tem um significado especial, pois este ano assinala-se os 50 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, as primeiras eleições verdadeiramente democráticas e universais em Portugal, onde as mulheres puderam votar sem restrições de escolaridade ou estatuto civil.-----

Foi um momento histórico que consolidou a democracia e garantiu a participação plena das mulheres na vida do país.-----

Comemorações no concelho de Santiago do Cacém-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém destaca e apela à participação de todas e todos nas iniciativas que terão lugar no concelho para assinalar esta data, nomeadamente: a Inauguração do mural do MDM (Movimento Democrático de

Mulheres), seguido de desfile, no dia 8 de março de 2025, às 10H junto ao Estádio Municipal de Miróbriga. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025 delibera:-----

1-Saudar todas as mulheres do concelho de Santiago do Cacém, reconhecendo o seu contributo para a comunidade e para o desenvolvimento local.-----

2-Reafirmar o compromisso com a luta pela igualdade de género, pelo fim da discriminação e pela promoção de condições dignas no trabalho e na vida. -----

3-Assinalar a importância dos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, realçando o papel das mulheres na construção da democracia em Portugal.-----

4-Apoiar e incentivar a participação da população nas iniciativas comemorativas do Dia Internacional da Mulher, nomeadamente na inauguração do mural do MDM e no desfile a realizar no dia 8 de março de 2025, às 10h. -----

Dar conhecimento desta moção, à Assembleia da República, às associações locais e às escolas.-----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém”. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, **seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s**, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, **um da eleita do BE**, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e **um do eleito do Chega**, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Três abstenções, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito.-----

Pelo eleito da CDU, Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

PELA REPOSIÇÃO DE EFETIVOS NO POSTO DA GNR DO CERCAL DO ALENTEJO-----

A CDU manifesta a sua profunda preocupação e indignação face à situação de grave fragilidade em que se encontra o Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) do Cercal do Alentejo, resultante da drástica redução do número de efetivos e da ausência de viatura para patrulhamento. -----

O Posto da GNR do Cercal do Alentejo desempenha um papel fundamental na garantia da segurança da população da freguesia e das localidades circundantes. No entanto, ao contrário dos compromissos anteriormente assumidos de que não haveria redução de



efetivos nos postos do concelho de Santiago do Cacém, verificamos que o Posto do Cercal foi o único a sofrer uma diminuição substancial no número de militares. ----- Esta redução de efetivos soma-se a outro grave problema: há mais três meses que este posto não dispõe de uma viatura para patrulhamento, impossibilitando qualquer ação operacional eficaz. Esta situação compromete seriamente a capacidade da GNR através do Posto do Cercal em responder prontamente às necessidades da população, forçando deslocações de forças de segurança a partir de postos situados a mais de 30Km de distância.-----

Importa recordar que o Posto da GNR do Cercal foi inaugurado há cerca de 13 anos, fruto de um investimento de aproximadamente 700 mil euros, correspondendo a uma necessidade há muito identificada pela população e pelas autarquias locais. Não podemos aceitar que um posto construído com este propósito e importância seja, na prática, altamente prejudicado pela ausência de meios humanos e materiais. Num território em crescimento, atravessado por vias de comunicação de grande relevância, incluindo estradas nacionais, a ausência de patrulhamento diário e a falta de uma resposta célere das forças de segurança aumentam riscos desnecessários. ----- A insatisfação e preocupação da população face a esta situação tornaram-se evidentes na ação de protesto promovida pela Junta de Freguesia do cercal do Alentejo no dia 8 de fevereiro, junto ao Posto da GNR do Cercal do Alentejo, onde a população manifestou o seu descontentamento e exigiu respostas concretas das entidades responsáveis. Este protesto demonstra que a segurança pública continua a ser uma prioridade para a comunidade local e que a falta de meios humanos e materiais no Posto da GNR não pode ser ignorada.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025, delibera: -----

1-Exigir ao Governo e ao Ministério da Administração Interna a reposição do número de efetivos no Posto da GNR do Cercal do Alentejo, garantindo um contingente adequado às necessidades da população e ao território abrangido. -----

2-Exigir a reposição urgente de uma viatura operacional no Posto da GNR do Cercal do Alentejo, assegurando a capacidade de patrulhamento e de resposta a ocorrências. -----

3-Manifestar solidariedade com a população do Cercal do Alentejo e apoiar todas as iniciativas que visem a defesa da presença efetiva da GNR na freguesia. -----

Dar conhecimento desta moção ao Ministério da Administração Interna, ao Comando-Geral da GNR e à Assembleia da República. -----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém". -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Intervio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, que referiu estarem solidários com a população e com a Junta de Freguesia, no que diz respeito à redução do número de efetivos no Posto da GNR de Cercal do Alentejo, no entanto e segundo tiveram conhecimento, trata-se de uma rotação de guardas efetivos entre postos da GNR, que de acordo o que foi transmitido pelo Comando da GNR, após as diligências efetuadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, em abril o Posto do Cercal do Alentejo irá ter o mesmo número de efetivos.-----

Referiu ainda que em relação à viatura, segundo leu numa ata da Câmara Municipal, a mesma que tinha ido para o Posto da GNR de Santo André, mas já tinha voltado para o Posto do Cercal do Alentejo, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação em relação à viatura. -----

O Senhor Sérgio Santiago, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, eleito da CDU, referiu que a resposta que teve por parte do Comando da GNR, foi que existia a possibilidade de colocar, em abril, guardas no Posto, não tendo sido dada a garantia da reposição do mesmo número de efetivos. -----

Em relação à viatura, não teve qualquer resposta sobre onde esta se encontra, tal como não teve resposta por parte do governo sobre esta situação. Salientou ainda que a Senhora Ministra em resposta ao Deputados da CDU na Assembleia Municipal, referiu que a viatura iria para o Posto em janeiro e que havia a intenção de agrupar o Posto de Cercal do Alentejo com o de Sines. -----

Referiu ainda que esta moção é um alerta para a situação que se vive no Cercal do Alentejo, em que não existem nenhuma garantias da reposição dos efetivos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que foi informado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cercal do Alentejo, da saída de sete efetivos do Posto da GNR do Cercal do Alentejo. Após esta informação reuniu com o Comandante do Destacamento do Posto de Santiago do Cacém e Sines, em que foi confirmada a saída dos efetivos, no próprio dia colocou a situação ao Comandante Distrital de Setúbal, que lhe transmitiu que a saída de efetivos ocorre todos os anos, devido aos pedidos de mobilidade dos militares, que solicitam transferência para postos mais perto da área de residência, mas que em abril quando terminar a formação de novos guardas, cerca de cem irão ser afetos à área Comando de Setúbal e desses alguns serão colocados no Posto de Cercal do Alentejo, sem ter referiu se seriam sete. -----

Mais referiu que após esta informação, questionou o motivo de não se ter aguardado pelo final da formação para depois transferir os guardas, ao que o Senhor Comandante referiu que é regra da GNR efetuar as transferências no inicio do ano. -----

Em relação à viatura, a informação que tinha, era que a viatura iria voltar para o Posto do Cercal do Alentejo, no entanto e segundo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, isso não aconteceu. -----

Referiu ainda que é necessário fazer alguma pressão política para que esta questão seja resolvida, tendo já solicitado uma reunião com a Senhora Ministra da tutela, de forma a obter mais informação, nomeadamente saber o número de efetivos que irão ser colocados no posto e a questão das viaturas, tendo em conta que o Posto fica fora da localidade e sem viatura não há forma aceder a uma ocorrência. -----

O Senhor Sérgio Santiago, Presidente da Junta de Freguesia, eleito da CDU, referiu que desde dois mil e onze o posto da GNR do Cercal do Alentejo, sempre teve um efetivo de quinze a dezasseis guardas, estranhado que agora tenham sido retirados sete guardas.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, **três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as** Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, **um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.** -----

[Handwritten signature]
Cinco abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva.

A partir deste momento eram vinte e um horas e trinta e oito minutos, verificou-se a presença da Senhora Tatiana Marisa Carvalho Roda, em substituição do Senhor António Mário Conceição da Costa.

Pela eleita da CDU, Senhora Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves, foi presentada o seguinte Voto de Saudação:

“VOTO DE SAUDAÇÃO

À REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS DE VALE DE ÁGUA E SÃO DOMINGOS

A CDU saúda com grande satisfação a reposição das freguesias de Vale de Água e São Domingos, um momento histórico para o concelho e para as populações que lutam pelo direito à sua autonomia administrativa.

Esta reposição representa uma vitória da luta das populações e da perseverança do Poder Local, que nunca desistiram da reivindicação de uma gestão mais próxima e eficaz. O restabelecimento destas freguesias permitirá uma maior capacidade de resposta às necessidades locais, promovendo o desenvolvimento, a identidade e a participação democrática dos seus habitantes.

A decisão de repor Vale de Água e São Domingos corrige um erro da reorganização administrativa imposta em 2013 pelo Governo PSD/CDS, que extinguiu freguesias sem atender às especificidades locais e à vontade das populações.

Contudo, lamentamos que a reposição das freguesias de Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra tenha sido inviabilizada pela posição assumida por PS e PSD/CDS, que impediram na respectiva Assembleia de Freguesia que a proposta fosse sequer debatida no Grupo de Trabalho na Assembleia da República. Esta decisão contraria as aspirações das populações e compromete o princípio da descentralização e da gestão de proximidade.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025 delibera:

1. Saudar a reposição das freguesias de Vale de Água e São Domingos, reconhecendo a importância desta conquista para a autonomia e o desenvolvimento local.

2. Expressar solidariedade com as populações de Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, reafirmando a necessidade de continuar a lutar pela reposição das freguesias injustamente agregadas.

3. Comprometer-se com a defesa do Poder Local democrático e da autonomia das freguesias, garantindo uma gestão mais próxima das necessidades da população.

Dar conhecimento deste voto de saudação à Assembleia da República, às Juntas de Freguesia do Concelho.

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém”.

A Senhora Presidente colocou a Saudação para discussão.

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a Saudação a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar,

fora
Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Quatro votos contra, sendo três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Pelo eleito da CDU, Senhor Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, foi presentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO”-----

PELA REPARAÇÃO DAS ESTRADAS PARALELAS AO IC33-----

A CDU manifesta a sua preocupação e indignação perante o estado de degradação das estradas paralelas ao IC33, afetadas pela execução da obra de duplicação desta via para perfil de autoestrada. -----

A construção da A26, particularmente nos troços que atravessam a freguesia de São Francisco da Serra e a União de Freguesias de Santiago do Cacém, São Bartolomeu da Serra e Santa Cruz, têm gerado um conjunto de problemas graves para os moradores e proprietários locais. Estes problemas têm sido alvo de várias denúncias e mobilizações da população, que exigem que os acessos às suas habitações e propriedades sejam repostos em condições dignas e seguras. -----

Após a recolha de um abaixo assinado com mais de 600 assinaturas da população afetada, no dia 1 de fevereiro de 2025, foi realizada uma ação de sensibilização no Roncão, promovida por moradores, alertando para a necessidade urgente de reparação das vias secundárias. Os residentes não estão contra a obra da autoestrada, mas exigem garantias de que os acessos às suas casas e terrenos não serão deixados em condições precárias após a conclusão da empreitada. -----

A falta de condições das estradas paralelas tem um impacto direto na qualidade de vida das populações e na economia local, afetando especialmente atividades ligadas à floresta e ao turismo. Há, inclusive, relatos de dificuldades de acesso de viaturas de emergência, como ambulâncias, que colocam em risco a segurança da população. -----

Além da reparação das vias existentes, também exigem que pelo menos uma passagem subterrânea tenha altura suficiente para veículos de grande porte, como camiões de transporte de cortiça, viaturas de combate a incêndios e maquinaria agrícola. Ainda, reclamam a instalação de barreiras acústicas em áreas habitacionais situadas a menos de 500 metros da nova via. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025 delibera:-----

1. Exigir ao Governo e à Infraestruturas de Portugal (IP) que procedam, com caráter de urgência, à reparação das estradas paralelas ao IC33, garantindo um piso duradouro e adequado à circulação de veículos. -----
2. Exigir que pelo menos uma das passagens subterrâneas seja construída com altura suficiente para veículos de grande porte, ou, em alternativa, a construção de uma passagem aérea para esse fim. -----

3. Reivindicar a instalação de barreiras acústicas em todas as zonas habitacionais situadas a menos de 500 metros da nova via, mitigando o impacto da obra na qualidade de vida da população. -----

4. Exigir ao Governo e à Infraestruturas de Portugal que na futura obra de duplicação de via em perfil de autoestrada entre Roncão e Grândola sejam já acauteladas as preocupações levantadas mesta moção. -----

5. Reafirmar a solidariedade com os moradores e apoiar todas as iniciativas que visem garantir acessos dignos e condições adequadas de circulação. -----

Dar conhecimento desta moção ao Ministério das Infraestruturas, à Infraestruturas de Portugal, à Assembleia da República, às Juntas de Freguesia afetadas, aos promotores do abaixo assinado da acção de sensibilização do dia 1 de fevereiro. -----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Intervio o Senhor Rui Sequeira, eleito do Chega, que referiu concordar com a reivindicação que foi feita pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, no entanto não deve ser esquecido que existem no Município mais estradas e caminhos que necessitam de intervenção e onde não têm sido feitas quaisquer reparações. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que acompanha completamente as preocupações explanadas na moção, as quais consideram justas, no entanto esta é uma obra necessária há muito reivindicada pela população, salientando que esta é uma obra de grandes dimensões que causa incomodo e constrangimentos, como qualquer grande obra. -----

Mais referiu que tendo em conta a situação e a manifestação que se realizou, gostaria de saber se houve algum contato da Câmara Municipal com o governo e qual o ponto de situação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a construção daquele troço foi ao longo dos anos reivindicado pela população e pela Câmara Municipal, nomeadamente em reuniões com as Infraestruturas de Portugal. -----

Em relação às vias paralelas, estas foram construídas para que os residentes terem forma de aceder às suas habitações sem ter de atravessar o IC33, vias que com o passar dos anos se foram degradando, tendo sido intervencionadas em dois mil e um e posteriormente em dois mil e onze. Com a realização das obras no IC33, houve a convicção de que aquelas vias iriam ser reparadas, a Câmara Municipal tentou saber junto das Infraestruturas de Portugal o que estava previsto realizar, a resposta que obteve é que iriam ser apenas pavimentados os troços das passagens subterrâneas, situação que considerou preocupante, porque para ter acesso à obra, a maquinaria pesada está a utilizar estas vias e a destruir completamente o acesso às habitações dos residentes. -----

Mais referiu que os moradores solicitaram uma reunião com a Câmara Municipal, na qual deram conhecimento de um Abaixo-assinado, que foi enviado às Infraestruturas de Portugal e ao Secretário de Estado da Tutela, acrescentando que nessa reunião foi também dado conta dos problemas e dificuldades que os moradores estão a enfrentar para se deslocarem para as suas habitações. Salientou ainda que após esta reunião a Câmara Municipal solicitou uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, em que estariam presentes, o Presidente Câmara Municipal, a Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, e dois representantes dos promotores do abaixo-assinado, não tendo obtido até à data qualquer resposta. -----

Bras
JK

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu ainda que após a manifestação realizada pelos moradores que passou nos órgãos de comunicação social, a Infraestruturas de Portugal fez sair um comunicado que refere que irão ser adotadas medidas no sentido de minimizar os problemas e resolver a situação. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentado um voto de Pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta:-----

VOTO DE PESAR -----

Faleceu no dia 4 de fevereiro, em Lisboa, a escritora e jornalista Maria Teresa Horta. O anúncio foi feito pela editora Dom Quixote, a pedido da família, acrescentando tratar-se de “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, a quem Maria Teresa Horta dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida”.-----

Recentemente, Maria Teresa Horta tinha sido escolhida pela BBC para a lista das “100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o mundo”. Passou pelo Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, entre outras. N'A Capital esteve à frente do suplemento Literatura e Arte, por onde passaram nomes como Alexandre O'Neill, Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, entre tantos outros.-----

Autora de uma extensa obra, a escritora viu o seu livro de poesia *Minha Senhora de Mim* apreendido pela PIDE oito dias após a sua publicação. Posteriormente foi alvo de uma feroz perseguição e de um processo de pura humilhação. Chegou a ser fisicamente agredida em plena rua: “É para aprenderes a não escreveres como escreves”, disseram-lhe.-----

Foi na sequência destes acontecimentos que Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa decidiram desafiar o regime fascista e “tecer”, a seis mãos, a obra *Novas Cartas Portuguesas*, publicada há 50 anos.-----

O regime fascista considerou o conteúdo de *Novas Cartas Portuguesas* “insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” e ameaçou com uma pena entre seis meses a dois anos de prisão. As “Três Marias” foram alvo de uma tentativa implacável de as humilhar e intimidar e de fingir que não se tratava de um processo político. O julgamento coincidiu com a primeira conferência internacional de mulheres, acontecida em Boston, entre 3 e 5 de junho de 1973. As *Novas Cartas Portuguesas* foram o tema central do encontro, e adotadas como a primeira causa feminista internacional. -----

A leitura da sentença chegou a estar marcada, após um primeiro adiamento, para o dia 25 de Abril de 1974. Mas a Revolução dos Cravos fez cair o regime fascista, e a sessão final acabou por decorrer a 7 de maio de 1974, com a absolvição das três escritoras.-----

Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno estiveram na origem da criação do Movimento de Libertação das Mulheres. A manifestação organizada por este movimento a 13 de janeiro de 1975, e a violência machista com que esta foi recebida, foi ilustrativa o longo caminho ainda a percorrer no sentido da efetiva libertação das mulheres. Em 2021, a escritora recordou esse dia, que há poucas semanas fez 50 anos: “Estávamos em liberdade, mas, de repente, as mulheres foram as únicas que sentiram que afinal não havia tanta liberdade quanto isso. Liberdade só para os homens, e talvez para as mulheres que se mantivessem quietinhas e caladinhas”.-----

Convidada pelo Partido Comunista Português, do qual foi militante entre 1975 e 1989, a chefiar a redação da revista *Mulheres*, Maria Teresa Horta entrevistou mulheres com

YF Jan
grande reconhecimento na área da política, cultura e literatura, entre as quais figuram Marguerite Duras, Maria Bethânia, Maria de Lourdes Pintasilgo ou Marguerite Yourcenar. Esta revista tornou-se numa experiência inédita, enquanto baluarte das lutas feministas e espaço de representatividade.

Distinguida com inúmeros galardões, em 2011, Maria Teresa Horta, ainda que aceitando o Prémio D. Dinis, pela sua obra *As Luzes de Leonor*, recusou recebê-lo pelas mãos de Pedro Passos Coelho, a quem acusou de querer “destruir o país”.

Sem nunca abandonar a intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta continuou a apoiar a causa feminista, tendo sido também apoianta da candidatura de Marisa Matias às eleições presidenciais de 2021.

Em 2022, ofereceu um poema inédito ao Bloco de Esquerda, com o título "Nós mesmas":

Nós somos a liberdade vamos além de nós mesmas Somos aquelas que voam não queremos a violência ...que nos impõe a desgraça nos humilha e despedaça.

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 13 de fevereiro de 2025, delibera:

Expressar o seu pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, enviando condolências à família e amigos, prestando um minuto de silêncio.

(em caso de aprovação, a recomendação deve ser divulgada no site e redes sociais da CMSC, e ser remetida para conhecimento das restantes assembleias de freguesia, Câmara e Assembleia Municipal de Santiago do Cacém)”

A Senhora Presidente colocou o Voto de Pesar a votação, o qual foi **aprovada, por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio.**

OBSERVAÇÕES: A Senhora Margarida Santos, eleita da CDU, referiu que a escritora Maria Teresa Horta, doou parte do seu espólio ao Município de Santiago do Cacém, o qual está disponível aos utilizadores da Biblioteca Municipal de Santo André, salientando o gesto da escritora para com o Município.

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:

“MOÇÃO

Expansão do solo urbano: o desastre anunciado

A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, tendo ficado conhecida como a Lei dos Solos, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJIGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista. No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. E lembra que produzir apenas 2 a 3 cm. de solo saudável pode demorar quase mil anos. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos.

Numa nota pessoal, digo que sinto saudade do solo alentejano que alimentava o país. --- Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório “*Rethinking Urban Sprawl*”, a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do

[Handwritten signature]
Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8.º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024. O ponto do não retorno já foi ultrapassado, agora deveria ser prioridade mitigar piores danos à Terra que nos alimenta e da qual dependemos. -----

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As “*alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985|2000*” salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU “*O parque habitacional-análise e evolução 2011|2021*”, pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas. -----

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que “*a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%*” (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050. -----

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que “*o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos*”. *Pelo contrário, alimenta a especulação...*” (Paulo V.D. Correia in *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, p. 192). -----

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a apetência dos grandes proprietários, do sector da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso crescente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 13 de fevereiro de 2025, delibera: -----

1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação; -----

2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano. -----

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, -----
(em caso de aprovação, a moção deve ser remetida para conhecimento dos grupos parlamentares com representação na Assembleia da República e do Ministério Adjunto e da Coesão Territorial/Governo) -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que esta é uma Lei estruturante e que foi muito discutida, salientando que, quem ouve a

moção apresentada pela eleita do BE, parece que o aumento de construção em solo rural é totalmente livre, o que não é verdade. Esta Lei permite a construção em espaço rural, em algumas circunstâncias, nomeadamente a construção a custos controlados e para arrendamento acessível, não permite a construção de grandes grupos económicos e de empreendimentos de luxo, mas sim habitação para uma população que tem dificuldades. Mais referiu que nos últimos vinte anos, praticamente não houve construção nova, o que levou à situação que hoje estamos a viver, a lei procura e da oferta, no sentido de tentar ajudar a resolver o problema surgiu esta Lei, que terá de ser bem controlada, nomeadamente pelas autarquias que irão fixar as regras urbanísticas.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.

Sete abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz.

Quatro votos contra, sendo três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:

“MOÇÃO

Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença.

Há 80 anos, numa tarde de sábado, no dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres.

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a “solução final” que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial.

*Brux
JOK*

Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas para “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”. E em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio”, que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos.-----

Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros.-----

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutras locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie.

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 13 de fevereiro de 2025, defendendo a construção de um mundo justo onde os direitos humanos sejam consagrados e todos possam viver com dignidade e em paz, delibera:-----

1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo;-----
2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos;-----
3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que apresentar uma moção sobre Auschwitz e não referir uma palavra sobre os judeus, o povo mais massacrado da história, em que morreram em Auschwitz cerca de novecentos e sessenta mil judeus, salientando que não pode concordar com a omissão deste facto na moção, apesar de ser muito crítico pelo que o governo de Israel está a fazer na Palestina e do que o governo de Israel.-----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, referiu que a moção faz referência “...que assassinou milhões de judeus europeus,...”-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a moção não faz referência que no campo de concentração de Auschwitz, foram mortos essencialmente judeus.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel

da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e um do eleito do PS, Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo. -- Sete abstenções, das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. ----- Três votos contra, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito.-----

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte RECOMENDAÇÃO:-----

“RECOMENDAÇÃO-----

VOTO IMIGRANTES-----

Recenseamento do direito de voto para pessoas estrangeiras-----

Considerando que: -----

a) É nas eleições autárquicas que maior número de residentes em Portugal têm o direito de participar, seja como candidatos e candidatas, seja como eleitores e eleitoras; -----

b) Desde que tenham realizado previamente o seu recenseamento eleitoral nas Juntas de Freguesia da sua área de residência, podem exercer o direito de voto todas as pessoas com residência legal em Portugal há mais de três anos e com nacionalidade dos Estados-membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia), do Reino Unido (com residência em Portugal anterior ao Brexit); do Brasil (sem estatuto de igualdade de direitos políticos); de Cabo Verde (com residência legal em Portugal há mais de dois anos); ou ainda da Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai, Venezuela ou do Reino Unido (após o Brexit);-----

c) É de notar, que o recenseamento eleitoral só é suspenso no 60.º dia anterior à eleição e até à sua realização;-----

d) É sabido que muitas pessoas estrangeiras, no passado, ao tentarem efetuar o seu recenseamento para atos eleitorais, defrontaram-se com obstáculos resultantes de falta de informação por parte dos serviços das Juntas de Freguesia, acabando impedidas de exercer o seu direito de voto;-----

e) O Relatório Anual do Observatório das Migrações referente ao ano de 2023 evidencia a baixa participação eleitoral das pessoas estrangeiras. As associações representativas de pessoas migrantes têm desenvolvido campanhas de sensibilização, mas é necessário que as comissões recenseadoras, as Juntas de Freguesia, assegurem um trabalho de disseminação de informação, tanto entre os funcionários dos serviços como junto das comunidades estrangeiras nos respectivos territórios. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 13 de fevereiro de 2025, delibera recomendar ao Executivo que:-----

1. Promova uma campanha informativa e de apelo ao recenseamento e à participação eleitoral de pessoas estrangeiras, afixando os critérios da lei e da CNE nos locais habituais para exposição de editais, como nos seus suportes de divulgação no espaço público (com recurso às línguas inglesa, espanhola e kriolo);-----

*Yaner
Jof*

2. Envolva as associações de residentes estrangeiros, bem como as coletividades locais na divulgação desta campanha informativa; -----

3. Solicite às Assembleias de Freguesia a divulgação desta campanha através dos meios de comunicação municipais. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que sendo a recomendação dirigida à Câmara Municipal gostaria de saber que situações concretas ocorreram no Município, em que as pessoas não tenham podido votar por inercia dos Serviços Municipais. -----

Referiu ainda não ter conhecimento de nenhuma situação, acrescentando que existe um protocolo com a Associação Cabo Verdiana dos Municípios de Sines e Santiago do Cacém, que realiza um trabalho com toda a população imigrante, e nunca fez chegar à Câmara Municipal qualquer situação que tenha acontecido. Pelo que não votaria a favor de uma recomendação com este teor, que dá a entender que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém está a fazer algo errado. -----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, referiu que em nenhum ponto da recomendação foi dito que as instituições não têm realizado o seu trabalho, a questão tem a ver com o aumento demográfico que aconteceu no País e também no Município de Santiago do Cacém, e nesse sentido também deveria haver uma alteração na forma e na abordagem das campanhas que são realizadas. -----

Referiu ainda que tendo em conta a referência, em relação ao sentido de voto, feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, considera houve uma imiscuição no sentido de voto dos eleitos da CDU, na Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que não é a primeira vez que a Senhora eleita do BE, o tenta limitar na sua liberdade de expressão. Salientou ainda que a recomendação é feita ao Executivo Municipal e como tal, tem algo a dizer, e por esse motivo questionou sobre a existência de algum problema em concreto, tendo em conta que à Câmara Municipal não chegou qualquer reclamação. -----

Como não foi mencionada nenhuma situação, considerou não fazer sentido votar favoravelmente uma recomendação que nada acrescenta. -----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, referiu que o não ter conhecimento, não quer dizer que não exista, além disso não existe nada que não possa ser melhorado. Salientou ainda que o que salta à vista é que a participação nas eleições dos estrangeiros que residem em Portugal é residual, considerando que este é um assunto que deveria ser visto com mais atenção, pois não se recorda que nos últimos dez anos tenha sido feita alguma campanha de sensibilização nesta matéria. -----

O Senhor Norberto Valente Barradas, eleito da CDU, referiu que os eleitos da CDU irão votar contra, por considerarem não existirem motivos para esta recomendação. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **Rejeitada, por maioria, com dezassete votos a contra, sendo dezasseis das e dos eleitos/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

for fons

Dez abstenções, sendo sete abstenções, das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz e três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito. -----
Um voto a favor, da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Pelo eleito do PS, Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

PELA DIGNIDADE HUMANA NA PALESTINA-----

Considerando; -----

1- a continuada e genocida agressão ao Povo Palestino perpetrada pelo governo de Israel através das suas Forças Armadas; -----

2- a posição do novo governo dos USA relativamente ao território natural e historicamente pertencente ao Povo Palestino; -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 13 de fevereiro de 2025 aprova: -----

Que o Governo de Portugal; -----

1- defenda em todas as instâncias a solução de “dois Estados”, -----

2 – condene inequivocamente o genocídio em concretização tanto em Gaza como na Cisjordânia; -----

3- rejeite clara e inequivocamente o plano que o Presidente dos USA tem para a faixa de Gaza; -----

4-impele a UE para que esta reforce o apoio financeiro e diplomático à Autoridade Palestina, em ordem à instituição do Estado da Palestina; -----

5- Reconheça o Estado Palestiniano. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta Moção para discussão. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu ter alguma dificuldade em votar favoravelmente a moção apresentada, tendo em conta que a mesma não refere a libertação dos reféns que foram capturados a sete de outubro de dois mil e vinte e três. Salientou ainda que também concorda que existam dois estados, como é referido da moção, mas apesar de não concordar com o governo de Israel e das suas políticas, existe uma grande diferença entre o governo de Israel e o Hamas. Israel tem um povo e um governo que defende o seu povo, enquanto o Hamas utiliza o seu povo com escudo para que seja morto, e isso não acontece em nenhum estado de direito.

Mais referiu que apesar de concordar que tem sido bárbaro, o que se está a fazer ao povo da Palestina, no entanto não podemos olhar só para um lado, e por isso sugeriu que fosse acrescentado na moção um apelo à libertação imediata de todos os reféns. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que poderia colocar toda a história de conflito entre Judeus e Palestianos, o que levaria a um debate que daria para várias Sessões. Os pontos que estão nesta moção são aqueles que considerou fundamentais, tendo em conta que este conflito já foi objeto de debate e de deliberação de outras moções nesta Assembleia Municipal, por esse motivo deu este assunto como acabado. A apresentação desta moção deve-se aos novos desenvolvimentos levados a cabo pelo governo neofascista dos Estados Unidos, relativamente à Faixa de Gaza, teria de tomar uma posição, por uma questão de humanidade, apesar de considerar que o

JO
Jan

Hamas tem uma visão muito diferente da sua sobre o respeito pela vida humana. Salientou ainda que seja feito um reforço das relações entre a União Europeia e a Autoridade Palestiniana, no sentido de levar aquele povo a um caminho de paz e de algum desenvolvimento. -----

Mais referiu que em relação aos reféns, devem ser libertados, nunca deveriam ter sido raptados, mas também é necessário que Israel cumpra a sua parte no acordo. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Quatro abstenções, sendo três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, Pedro do Ó Ramos, foi feita a seguinte Declaração de Voto: “Abstemo-nos nesta moção, porque bastava incluir uma frase, exigir a libertação de todos os reféns, para o nosso sentido de voto ser diferente, não se trata de fazer história, mas de uma das causas que está a provocar este conflito”. -----

ORDEM DO DIA

---1. Expediente. -----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de dezembro de dois mil e vinte e quatro a fevereiro de dois mil e vinte e cinco, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

---2. Atas -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número um, da Sessão Ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Não votaram as/os eleitas/os, Senhoras/es, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Mário André dos Santos Mateus, Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira e David Oliveira Gorgulho, por não terem estado presente. -----

Flávia
JF

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número dois, da Sessão Extraordinária de vinte e sete de março de dois mil e vinte e quatro. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----
Não votaram as/os eleitas/os, Senhoras/es, João Paulo de Melo Barros, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira e Mário André dos Santos Mateus, por não terem estado presente. -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

a) Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Demonstração do Desempenho Orçamental, do período findo a 31 de dezembro de 2024, tornando desde já possível, através da revisão orçamental a aprovar, a integração do saldo da gerência da execução orçamental. -----

FUNDAMENTOS: Por forma a possibilitar desde já a integração do saldo da gerência da execução orçamental de acordo com o definido no artigo 145º da Lei nº 45-A/2024 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2025). -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Onze abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

b) Primeira Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa e Primeira Revisão às GOP'S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Cinco/Dois Mil e Vinte e Nove.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa e Primeira Revisão às GOP'S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Cinco/Dois Mil e Vinte e Nove para incorporação do saldo da Gerência da Execução Orçamental de Dois Mil e Vinte e Quatro, -----

*José
Faria*

FUNDAMENTOS: UM – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro, na redação atual, e a Norma de Contabilidade pública – NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental constante do anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP. -----

DOIS – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, que referiu não poder votar a favor, por considerar que não foram consideradas situações que considera pilares fundamentais, como o apoio à infância, o apoio à terceira idade, a arborização das zonas urbanas e o estacionamento na zona mais central da cidade de Santiago do Cacém. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que das quatro situações colocadas, duas delas, o Apoio à Infância teve um reforço de cerca de setenta mil euros, para a aquisição de quadros interativos para o pré-escolar, sugestão da Senhora Vereadora eleita do PS, também foram feitos investimentos nas escolas, nomeadamente nos parques infantis. -----

Referiu ainda que será com a verba resultante da incorporação do saldo, que irá ser feita a transferência da segunda tranche, de cerca de trezentos mil euros, para a construção do Lar para Idosos em Vila Nova de Santo André. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que quando mencionou o Apoio à Infância, referia-se a Infantários, em reação à Terceira Idade a valências que atualmente não são da responsabilidade das autarquias, mas que espera possam a vir a ser no futuro. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu não ter conhecimento, de nenhuma Câmara Municipal que faça a gestão de Lares para Idosos, o que fazem é dar apoios a essas instituições. Salientou ainda que o Município de Santiago do Cacém, tem cedido terrenos e dado apoio financeiro para a construção deste tipo de equipamentos no Município. -----

Em relação ao Apoio à Infância poucas são as Autarquias que fazem a gestão direta de infantários, esta é uma área da competência da Instituições Particulares de Solidariedade Social, através de financiamento da Segurança Social. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que o facto de não existir ou de ser feito pelas IPSS, não quer dizer que não possa vir a ser feito pelas autarquias, considerando que seria a forma do Estado descentralizado assumir as suas responsabilidades de uma forma mais direta, junto das pessoas, principalmente daqueles que têm menos recursos e tendo em conta o envelhecimento da população. -----

Em relação as questões relacionadas com a arborização das zonas urbanas, e com estacionamento, não tem havido qualquer acolhimento por parte do executivo neste mandato, situação que espera seja diferente no próximo mandato. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que as Autarquias são Administração Local do Estado e a Constituição da República Portuguesa, define qual o papel das Autarquias, também a Lei das Finanças Locais e a Lei das Autarquias Locais definem as competências deste órgão. -----

Mais referiu que ser a favor das transferências de competências para as autarquias, por considerar que a administração local gera melhor que a administração central, mas para

YOT
Parre

gerir bem tem de haver recursos financeiros para o fazer, não pode acontecer o que aconteceu com a transferência de competência na área da educação. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que obviamente as transferências de competências teriam de ser negociadas e acompanhadas do respetivo pacote financeiro. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves. -----

Doze abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e umA do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

c) Declarações- pagamentos em atraso, compromissos plurianuais e recebimentos em atraso. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual **DEU CONHECIMENTO** à Assembleia Municipal de todos os pagamentos em atraso, compromissos plurianuais e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2024. -----

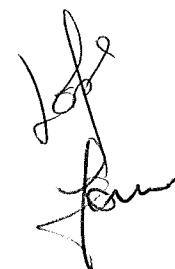
FUNDAMENTOS: Alínea a) e b) do nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº22/2015 de 17 de março e artº 17 do Decreto Lei nº 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 99/2015 de 2 de junho. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

TOMADO CONHECIMENTO. -----

d) Aquisição de serviços de seguros diversos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante anual de 275333,33 €, para cada um dos anos de 2025, 2026 e 2027, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a “Contratação de serviços de seguros”, para o período de 36 meses, com início previsto a 01 de abril de 2025, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----


FUNDAMENTOS: a) De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

c) Decorrente da necessidade de realização de nova estimativa em face da inclusão de novos bens a segurar e atualização de valores de outros. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Doze abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, e uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

e) Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 3.º grau – Serviço de Atendimento. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM-** Submeter à Assembleia Municipal a proposta de designação dos membros do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Serviço de Atendimento. -----

composição do júri do procedimento concursal: -----

Presidente: Bruno Alexandre da Silva Moreira, Chefe da Divisão de Sistemas de Informação e Qualidade; -----

1.º Vogal: José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças; -----

2.º Vogal: Anabela da Conceição Candeias Duarte Cardoso, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; -----

Vogais Suplentes: Maria Teresa dos Santos Pereira Chaves, Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem e Ana Luísa Sobral Godinho dos Santos Guerreiro, Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados por procedimento concursal que se rege pelas disposições dos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

JK

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----
Onze abstenções, sendo seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Tatiana Marisa Carvalho Roda, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

f) Transferência de verba-Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** **UM-** Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, que contempla a transferência de uma verba no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) e estabelece os termos e condições em que é feita a parceria, com vista à continuidade e valorização de tradições, ajudando a preservar o Cante Alentejano Património Cultural Imaterial da Humanidade; -----

DOIS- Submeter a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo à Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: **UM-** Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, criou e promoveu a formação do Grupo de Cante Infantil de Cercal do Alentejo CerCante; -----

DOIS- O cante alentejano constitui um aspeto fundamental da vida social das comunidades alentejanas, reforçando o diálogo entre diferentes gerações, géneros e indivíduos de diferentes origens, contribuindo assim para a coesão social; -----

TRÊS- Compete à Câmara Municipal apoiar as atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa, entre outras de interesse para o Município, conforme dispõe a alínea u) de nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, público no anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

QUATRO- Nos termos da alínea j) do número 1 do artigo 25.º da Lei anteriormente referida, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. ----- documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal, nos meses de novembro e dezembro de 2024. Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em Minuta, das deliberações tomadas na Sessão, a constar em Ata.

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos.

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

